

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

REQUERIMENTO

(Do Sr. Marcelo Freixo)

Requer a realização de audiência pública para debater eventuais restrições ao Censo 2020 e seus impactos nas políticas públicas da pessoa idosa.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater eventuais impactos nas políticas públicas da pessoa idosa com a anunciada redução do número de perguntas no Censo 2020.

JUSTIFICAÇÃO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu, no final de fevereiro, que o IBGE realize o Censo 2020 com menos perguntas e venda seus prédios para arcar com os custos da pesquisa. A proposta de Guedes ameaça até mesmo a realização do Censo 2020 já que o custo do levantamento é estimado em mais de R\$ 3,4 bilhões e o início do Censo está previsto para cerca de um ano, em meados de 2020.

No último dia 09/04, o IBGE anunciou que a “operação está sendo revista, de modo a ter um custo cerca de 25% menor do que a previsão inicial”. Essa informação traz preocupação frente ao anúncio da presidente do IBGE, em seu discurso de posse, de que o órgão perdeu 30% dos seus

funcionários nos últimos oito anos e se espera que mais 30% peçam aposentadoria nos próximos meses.

É importante frisar que o censo é fonte de informação para o diagnóstico e definição de diversas políticas públicas. No caso da população idosa, constitui a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida dessa faixa etária em todos os municípios. Através do censo podem ser identificadas quantas pessoas idosas se encontram abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, se estas estão localizadas majoritariamente na área rural ou urbana, em quais grandes regiões e até em quais municípios. A falta de informação impactará o monitoramento da cobertura da seguridade social, da situação de vida dos idosos com deficiência, as demandas de atendimento e construção de postos de saúde, entre outras políticas públicas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala das Sessões, em de de 201 .

Deputado